

DRUMMOND NOS TEMPOS DE CAPANEMA

[DRUMMOND IN CAPANEMA'S TIME]

MARCO MARCELO BORTOLOTI¹

ORCID 0000-0002-3306-6175

Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) escreveu seus versos mais engajados entre as décadas de 1930 e 1940, mesmo período em que trabalhava como chefe de gabinete no Ministério da Educação e Saúde, sob a ditadura do Estado Novo. Este artigo analisa as contradições do poeta neste período, a natureza do trabalho que realizava, e discute como foi possível a um escritor identificado com o comunismo internacional conviver com um regime ditatorial de moldes fascistas.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade; Comunismo; Gustavo Capanema; Estado Novo; Poesia Modernista

Abstract: Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) wrote his more politically engaged verses between the 1930s and 1940s, a period when he worked as chief of staff at the Ministry of Education and Health, under the dictatorship of the Estado Novo. This article analyzes the contradictions of the poet in this period, the nature of the work he performed, and discusses how it was possible for a writer identified as international communism to live with a dictatorial regime of fascist molds.

Keywords: Carlos Drummond de Andrade; Communism; Gustavo Capanema; Estado Novo; Modernist Poetry

Ideologia, literatura e poder

O acirramento das disputas políticas e ideológicas nos anos 1930 foi um fenômeno mundial, que influenciou diretamente na literatura do período. A crise do capitalismo que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, deu novo vigor ao modelo socialista da União Soviética, que para muitos surgia como uma alternativa viável de sistema político mais justo. Começava aí um embate tenso entre direita e esquerda. A ascensão do nazismo na Alemanha, com a chegada de Hitler ao poder, em 1933, também fomentou uma união das esquerdas e dos intelectuais em torno de um inimigo comum.

Neste contexto, seria difícil a um intelectual do Ocidente escapar da crescente politização pela qual passava a literatura. Assim como no Brasil, os escritores europeus que cresceram no caldo das vanguardas artísticas dos chamados “felizes” anos 1920 se viam obrigados a tomar posição em um mundo dividido (SOLER, 2010, p. 222). Na maioria dos casos, o intelectual se identificava com o antifascismo, diante do crescimento dos regimes totalitários na Europa. A posição confluía com um sentimento de simpatia pelas esquerdas, inimigas declaradas da ideologia nazista que se sustentava pela defesa da superioridade de raças e classes.

Não cabe aqui inventariar o impacto deste fenômeno entre a intelectualidade brasileira, cujos resultados incluem uma espantosa multiplicação de livros marxistas e de editoras voltadas exclusivamente a esta linha de pensamento no país (CARONE, 1986, p. 79), a criação de associações de intelectuais com inspiração antifascista, a realização de congressos do gênero, filiações individuais de escritores ao Partido Comunista e a incorporação de temas políticos à prosa e à poesia produzidas na época. Foi o período em que Luís Carlos Prestes, acreditando haver simpatia suficiente na sociedade brasileira para a implantação de um regime socialista no país, liderou o movimento conhecido como Intentona Comunista, imediatamente sufocado pelo governo de Getúlio Vargas, que encontrou no episódio justificativa para implantar no Brasil uma ditadura de moldes fascistas.

Carlos Drummond de Andrade também respondeu ao chamado do seu tempo. Data de 1935 o que se pode chamar de “virada ideológica” do poeta mineiro, momento em que publicou na imprensa os primeiros poemas em que exibiu uma preocupação mais social: “Sentimento do mundo”, “O operário no mar” e “Poema da necessidade”. Até então, sua poesia estava voltada para questões mais existenciais e particulares, expressas em seus livros de estreia, *Alguma Poesia* (1930) e *Brejo das Almas* (1934). Era seu primeiro ano no Rio de Janeiro, momento de transição da província para a capital da República, onde pôde conviver diretamente com uma roda mais ampla de escritores. Foi também o ano da Intentona Comunista, da qual participaram muitos intelectuais, e no plano internacional, o período da agitação política na Espanha que antecedeu o início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Postura rara entre os autores brasileiros, Drummond irá assumir nos anos seguintes uma inequívoca verve social, colocando-se no papel de agente transformador da sociedade. Nos livros que publicou entre 1935 e 1945 – *Sentimento do mundo* (1940), *José* (1942) e *A rosa do povo* (1945) – incorporou conceitos comunistas de pátria sem fronteiras, união entre os homens, injustiça social, alienação pela sociedade de consumo e crença num amanhã melhor.

Se a ambivalência da sua obra, marcada também pela insatisfação do “eu” no mundo, diluía a contundência de seus versos mais políticos, esta tendência ficava muito clara em poemas como o “Fim da Terceira Internacional”, de 1943, sobre o encerramento do Komintern, e que acabou publicado com o título “Mas viveremos”, cujos versos, também modificados na versão final, diziam: “Mas um livro, por baixo do colchão, / era súbito um beijo, uma carícia, / uma paz sobre o corpo se alastrando, / e teu retrato, Lênin, consolava” (ANDRADE, 2012, p. 65). Neste período, a parte mais engajada da sua produção se aproxima de poetas estrangeiros e comunistas como os chilenos Pablo Neruda e Vicente Huidobro, os espanhóis Miguel Hernandez, Rafael Alberti e Vicente Aleixandre, os franceses Paul Éluard e Louis Aragon, o russo Vladimir Maiakóvski, o argentino Raúl Gonzáles Tuñón, o cubano Nicolás Guillén e boa parte dos poetas do neorrealismo português, como Joaquim Namorado e Mário Dionísio.

O que torna mais complexa a cena é que no mesmo período Drummond trabalhava como chefe de gabinete no Ministério da Educação e Saúde, e esta poesia

militante foi produzida dentro de uma repartição pública que estava ligada ao governo ditatorial afinado com o fascismo e eminentemente anticomunista. Enquanto seus contemporâneos estrangeiros viviam literalmente nas trincheiras – Miguel Hernandez morreu na prisão logo após a Guerra Civil Espanhola – o mineiro estava à sombra do poder. Conforme observou Antônio Candido: “O chefe de gabinete do ministro da Educação viveu, no exercício das funções, a fase mais ativa de sua militância intelectual de poeta comprometido com ideias de esquerda” (CANDIDO, 1993, p. 23).

O poeta sempre creditou sua permanência no cargo à fidelidade ao ministro Gustavo Capanema, seu amigo de infância. Uma explicação excessivamente simplista, mas da qual não iremos discordar. Por outro lado, para compreender como foi possível que uma ditadura claramente anticomunista mantivesse em seus quadros um poeta cujos versos eram inspirados por esta doutrina, é preciso entender a postura de Drummond e a natureza deste regime, proposta do presente trabalho. Segundo Candido, “os governos são mais ou menos elásticos quanto à liberdade de pensamento dos funcionários, de acordo com uma equação instável na qual se equilibram os seus interesses de segurança e a necessidade de recrutar quadros burocráticos capazes” (CANDIDO, 1993, p. 24).

De princípio, é preciso ter em vista a importância histórica da gestão de Gustavo Capanema, quando a educação pública, praticamente inexistente antes dos anos 1930, começou a ganhar forma. Capanema criou a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, promoveu a nacionalização de mais de mil escolas localizadas nos núcleos de colonização europeia no sul do país, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e definiu boa parte da política educacional adotada no Brasil até hoje. Também nesta época ganhou força a defesa do patrimônio histórico com a criação do Serviço Nacional do Patrimônio, atual Iphan. Foi ainda por iniciativa do ministro que se construiu a sede do Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Capanema, que além de sua extraordinária importância como marco cultural, aproximou a dupla Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que mais tarde definiriam a concepção urbanística e arquitetônica da futura capital do país.

O projeto político de Capanema não teve uma linha ideológica uniforme e se insere no que se convencionou chamar de “modernização conservadora”, ou seja, um processo que permitiu inserir elementos de modernidade e racionalidade num contexto de concentração de poder e composição com as elites tradicionais. Simon Schwartzman,

no livro *Nos tempos de Capanema*, avalia que esta característica incute à gestão do ministro uma imagem muitas vezes contraditória. Foi a época do incentivo das artes modernas e também da implantação da disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas. Tempo de censura ideológica e de abertura de espaço para os intelectuais. Schwartzman diz que Capanema procurou desenvolver um projeto cultural em cima dessa ambiguidade:

Por um lado, havia que valorizar os homens de letras, as artes, e criar para isto um mecenato estatal. Por outro, havia que produzir os símbolos culturais do Estado Novo, que substituíssem a iconografia da República, que mal conseguira desmontar a hagiologia do Império. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 23)

No campo da educação, travou-se nessa época um embate entre grupos progressistas, que defendiam um ensino laico e que fosse mais autônomo do Estado, e os que pregavam a centralização e o domínio da Igreja Católica. Capanema sempre pendeu para este último lado, por uma questão de composição política. O ministro era o homem de confiança da Igreja mesmo sem ter tido no passado qualquer militância religiosa. O traquejo político de Capanema, que se notabilizou pela tentativa de unir os contrários, de não permitir rompimentos e evitar definições categóricas, o aproximava bastante do espírito de Getúlio Vargas, e foi uma marca constante na gestão do ministério. Como observa Schwartzman:

Capanema, sem deixar de ser também um homem de ideias, parecia mover-se muito mais pelas contingências do dia-a-dia, em uma estratégia de conciliação, de conservação e acúmulo de poder que, no final, se mostraria bastante realista e efetiva, ainda que acarretasse uma perda de autonomia e independência. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 61)

Apoiando-se nesta estratégia, o ministro conseguiu construir uma gestão que pode ser lembrada tanto pela promoção dos ideais modernistas como dos ideais do Estado Novo. No aspecto cultural, Drummond poderia se sentir confortável dentro daquela estrutura que, embora cheia de ambiguidades, permitia o fortalecimento e a promoção de valores e artistas ligados à arte moderna. O campo de maior desconforto era o da educação, cercado pelos interesses da Igreja Católica e do governo central, de difícil conciliação com os ideais primeiros do modernismo e, sobretudo, com os grupos de esquerda, dos quais Drummond ficaria cada vez mais próximo.

O governo adotou nessa área uma atitude direitista, seja com o expurgo de professores de alguma forma associados ao comunismo, o desmonte de instituições politicamente libertárias como a Universidade do Distrito Federal, ou mesmo o incentivo da pregação anticomunista direta em sala de aula. Além disso, o ministério desenvolveu uma política educacional elitista, voltada sobretudo para o ensino universitário e dando menos atenção à educação básica.

Segundo Schwartzman, o ministro acreditava ser importante formar uma elite exemplar que guiasse e induzisse, por imitação, o comportamento das massas (SCHWARTZMAN, 2000, p. 221). Não era, certamente, um projeto de democratização e popularização do ensino que poderia estar de acordo com o pensamento socialista. Quando Drummond começou a despontar como um poeta de vertente social, escrevendo artigos em que defendia a emancipação das massas e a produção poética das classes populares, seu discurso estava frontalmente contrário ao espírito que moveu o ministério durante toda a gestão Capanema. Foi uma tensão que o poeta teve de administrar.

Além do constrangimento de trabalhar para um órgão do Estado Novo, o regime que colocou na cadeia o líder comunista Luís Carlos Prestes, prendeu escritores como Graciliano Ramos e Jorge Amado, censurou a imprensa e proibiu a circulação de livros. Contudo, foi no próprio ministério da Educação e Saúde que Graciliano encontrou emprego como inspetor de escolas, logo após deixar a prisão. A ambiguidade da ditadura reduzia o peso da participação no governo, e Drummond procurou reforçar sempre certo distanciamento, colocando-se na posição de peça funcional da engrenagem burocrática, de maneira a afastar de sua consciência uma responsabilidade maior por participar de um regime contrário às suas ideias como intelectual e artista. Aquele seria apenas um ganha-pão, como qualquer outro.

Nas engrenagens do ministério

Trabalhar para o governo não significava pertencer necessariamente a uma linha ideológica específica. Capanema se cercou tanto de intelectuais mais ligados à esquerda, a exemplo do próprio Drummond, de Manuel Bandeira e Cândido Portinari, como de integralistas notórios, Thiers Martins Moreira e San Tiago Dantas, por exemplo.

Segundo Sérgio Miceli, que estudou a ligação dos intelectuais com o Governo Vargas no livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, seria inviável apontar uma matriz ideológica vitoriosa entre os que foram convocados para servir ao regime na época. “Fazendo-se um retrospecto das principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 20 e 30, poder-se-á constatar que elementos de praticamente todos os matizes foram pinçados no processo de expansão do aparelhamento estatal” (MICELI, 1979, p. 162).

Por este motivo, o ministério de Capanema era visto por alguns como reduto de comunistas, e por outros como mais uma célula fascista dentro do governo ditatorial. O escritor judeu Stefan Zweig, por exemplo, escreveu a Henriqueta Lisboa em 1942:

Não me seria desagradável botar uma bomba num conclave que reunisse Getúlio, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, Chico Campos, Plínio Salgado, e até o meu prezado amigo Capanema. Afinal das contas essa gente que é ditadura, que é nazistizante como ideologia política, que é não se sabe o que como forma de governo mansinho e amansado, e que acaba aderindo à força e de boa vontade ao imperialismo yanque, essa gente nos enche de ignomínia. (apud ANDRADE & ANDRADE, 2002, p. 473)

Resta saber, em relação aos funcionários do governo, o quanto de independência intelectual deveria ser sacrificada em função da aderência. Nas inúmeras entrevistas que deu sobre o tema, Drummond sempre repetiu que sua atuação no governo se limitava a servir a um amigo pessoal, Gustavo Capanema. É o que disse, por exemplo, ao jornalista Zuenir Ventura, numa entrevista publicada na revista *Veja* em novembro de 1980, quando questionado se ele teria sido um elemento do Estado Novo:

Nunca me considerei como tal e acho uma injustiça se dizer tal coisa. Vim para o Rio em 1934, para trabalhar com um amigo pessoal, do tempo de colégio, Gustavo Capanema. Em 1937 houve o golpe de Estado e Capanema continuou. Continuei a servir a ele da mesma maneira, não tinha a menor ligação com o Estado Novo. Vi o dr. Getúlio Vargas duas ou três vezes na vida. As minhas relações com o palácio eram burocráticas: eu preparava pastas para lá, recebia telefonemas e cumpria recomendações burocráticas, mas não tinha nada a ver com a política do governo. (ANDRADE, 2011, p. 108)

De fato, não há nada na obra poética de Drummond que denuncie qualquer sacrifício de sua integridade de pensamento. Contudo, não se pode dizer que, enquanto intelectual e funcionário, ele não tivesse “nada a ver com a política do governo”. Nesse caso, há uma clara fratura entre a obra do poeta e a conduta do funcionário. Daí a dificuldade de se encontrar um ponto de contato entre o estudo de Sérgio Miceli e as inúmeras interpretações da poesia drummondiana socializante dessa época.

Na qualidade de chefe de gabinete, Drummond participava ativamente de boa parte das atividades do ministério. A documentação do período não mostra que ele tivesse poder ativo ou mesmo influência sobre as decisões de Capanema. O poeta era uma espécie de intermediário entre o ministro e o público, seja este interno ou externo ao ministério. Ele recebia, organizava e dava seguimento aos pedidos que vinham de fora e precisavam ou não da aprovação de Capanema, e fazia cumprir as ordens deste repassando suas determinações às instâncias competentes.

Não há muitos registros de ocasiões em que Drummond participou de solenidades públicas representando o ministro. E menos ainda de discursos que escreveu para serem proferidos pelo chefe. É estranho que, tendo Capanema ao seu lado um intelectual e poeta do porte de Drummond, não haja mais registros do aproveitamento do escritor, ou mesmo de alguma influência mais direta que tenha exercido sobre o amigo ministro. Pelo contrário, fica patente o extremo senso de hierarquia de Drummond, e quase um escrúpulo de participar das decisões do poder. Em bilhete a seu amigo Abgar Renault, sobre uma disputa de cargos dentro do ministério em 1943, escreveu:

Você é bastante experiente das coisas da administração e dos homens para analisar e resolver o caso com acerto. Não quero influir em sua decisão. Você bem sabe que não é do meu feitio interferir, desse ou daquele modo, nas lógicas internas das repartições, e não seria com você ou com o Departamento que eu quebraria essa linha de conduta. (ANDRADE, 1943)

O mesmo escrúpulo aparece em outro bilhete ao também amigo Augusto Meyer, que era diretor do Instituto Nacional do Livro, responsável pelas aquisições de livros do ministério. Drummond repassou um pedido de outro escritor e amigo próximo, João Alphonsus, para que o governo comprasse alguns exemplares do livro *Pesca da Baleia*. E acrescentava: “Tenho certa repugnância em tratar de casos comerciais, mas aí fica o desejo do autor, que você examinará com a habitual boa vontade” (ANDRADE, 1942).

Por outro lado, existem dezenas de bilhetes anódinos em que Drummond transmite ordens, informa decisões que não foram suas ou cumpre procedimentos burocráticos. Em correspondência ao gerente da companhia telefônica em 1935, datilografou o poeta-burocrata: “De ordem do senhor Ministro, restituo-vos a fatura n. 7349, referente a serviço do aparelho n. 25.5170, pois se trata de telefone particular, instalado na casa de S. Exc., que vem pagando as respectivas despesas do seu próprio bolso” (ANDRADE, 1935). Em bilhete para Cândido Portinari, em 1938: “O ministro

manda entregar-lhe estas fotografias e agradecer-lhe o empréstimo” (ANDRADE, 1938). E outro a Abgar Renault, em 1941: “o Ministro pergunta se você estaria disposto a traduzir as “Letters from Paraguay”, de Burton” (ANDRADE, 1941).

A rotina no ministério e sua aparentemente rígida hierarquia podem ser entrevistadas em algumas mensagens trocadas entre Capanema e seu chefe de gabinete. Um bilhete de 1941, quando o poeta já havia publicado um livro tão importante como *Sentimento do mundo*, traz uma advertência quase colegial:

Carlos: Nem sempre posso despachar os papéis miúdos no mesmo dia. Guardo as pastas, que ficam muitos dias sem ser vistas. Peço-lhe que, ao me entregar a pasta de cada dia, chame a minha atenção para um ou outro papel de maior importância, que deve ter solução não retardada. C. (ANDRADE, 1941)

Nas raríssimas ocasiões em que Drummond aparece com algum pleito para si próprio, também fica claro que o que vale sempre é a palavra final do ministro. Escreveu o poeta a Abgar Renault, em 1938:

Como prevíamos, o Capanema achou um tanto oceânica a importância do auxílio oficial que a casa Kra deseja receber para nos editar em francês. Parece que teremos de renunciar a essa glória. (...) Sinto-me bastante “capistrano” com o resultado. Abraços do seu velho e inédito (em francês). (ANDRADE, 1938)

O mercado de postos públicos de trabalho, que depois da Revolução de 1930 sofreu um crescimento considerável no Brasil, naturalmente absorveria muito tempo do Ministério da Educação e Saúde, assim como de outros órgãos e ministérios do governo Vargas. A máquina estatal inflou, absorvendo boa parte da elite portadora ou não de diplomas universitários. Diante da incipiência de critérios mais técnicos de seleção, como o concurso público, valiam as indicações decorrentes do jogo político.

Segundo Sérgio Miceli, nesta época o Estado se transformou na “instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico, passando a atuar como agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção do público portador de diplomas superiores” (MICELI, 1979, p. 138). Este foi um campo em que Drummond atuou muito intensamente, como intermediário dos pedidos dirigidos a Capanema.

Cargos e prebendas

O Ministério da Educação e Saúde foi um espaço particularmente fértil na distribuição de cargos de confiança e empregos técnicos. Segundo Miceli, dos 1173 cargos em comissão do Governo Federal em 1939, 35% pertenciam ao Ministério da Educação, 30% ao Ministério da Fazenda, 21% ao Ministério da Viação e 14% distribuídos entre os restantes. Além disso, o aumento das normas governamentais, dos sistemas de controle e inspeção e toda a concentração burocrática promovida pela gestão de Capanema tiveram como efeito gerar solicitações e pedidos de exceção dos mais variados (SCHWARTZMAN, 2000 p.280).

Drummond era o ponto de ligação entre os intelectuais e escritores modernistas e o ministério. Os documentos não dão testemunho de que o poeta tivesse algum poder de decisão sobre os cargos concedidos ou favores a serem atendidos. Mas sua correspondência guarda pedidos de boa parte da intelectualidade da época, com pleitos para si ou para conhecidos seus, das mais variadas naturezas. As cartas são autoexplicativas quanto à variedade de pedidos e as muitas possibilidades de remuneração que o ministério poderia proporcionar. Em 1935, o escritor mineiro Martins de Almeida escreveu:

Afinal, eu pretendo de você e do Capanema um modesto emprego que me dê pelo menos 800.000 mil por mês deixando-me tempo suficiente para a minha advocacia. Inspetoria no distrito ou em Niterói, censura cinematográfica ou teatral, adendo ao gabinete, qualquer torço enfim. (ALMEIDA, 1935)

Em 1936, o jornalista Prudente de Moraes Neto solicitava:

Eu tinha tomado a liberdade de sugerir para a censura, o nome do Manuel [Bandeira], que me substituiria com vantagem sob todos os pontos de vista. Disse-me depois o Rodrigo, pelo telefone e muito rapidamente, que ele não podia ser designado, por ter já outra função aí. Mas, si compreendi bem, onde o impedimento? (MORAES NETO, 1936)

O gaúcho Érico Veríssimo:

Aqui estou eu de novo para lhe falar no caso do meu primo, Franklin Veríssimo, portador desta. Terminou ele o primeiro ano de medicina aí no Rio, passando com média em todas as matérias. Estamos todos empenhados em conseguir a transferência dele para a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Para isso conto com você, com o seu conselho e o seu prestígio junto ao ministro. (VERÍSSIMO, 1940)

O carioca Vinicius de Moraes:

Venho lhe amolar novamente com aquele meu velho protegido, o dr. Raimundo Lemos (que tem uma cara trágica e uma cabeça quase branca) que levei uma vez a você. Esse rapaz, coitado, velho amigo meu dos tempos de moleque de praia em Copacabana, está envelhecendo numa luta sórdida para se colocar “em algum lugar do Brasil”. (MORAES, 1942)

O também carioca Augusto Frederico Schmidt:

O portador desta, Eros Gonçalves Pereira, você já conhece; conversei com o Capanema (...) ele prometeu comprar um quadro do meu recomendado e ajudá-lo a fazer uma exposição. Creio que uma colocação, porém, seria o ideal. Você poderia conversar com o Capanema sobre esse assunto? (SCHMIDT, 1942)

O linguista mineiro Aires da Mata Machado Filho, a propósito do livro *Problemas da língua*:

Fiz a edição por minha conta e risco, e bem grandes foram as despesas. Penso que o Instituto Nacional do Livro pode adquirir alguns volumes, para o seu serviço de bibliotecas. Peço-lhe que intervenha em meu favor, indicando-me o que devo fazer, burocraticamente falando, pra obter o que desejo. (MACHADO FILHO, 1941)

Estas solicitações vinham não apenas da elite modernista da época como de outros estratos sociais incluindo amigos de Minas, políticos de toda ordem e familiares. Em agosto de 1934, Julieta Drummond de Andrade, mãe do poeta, lhe escreveu:

O portador deste é o Sr. Francisco Moreira da Silva, sobrinho que d. Mariquinhas (a minha lavadeira e muito amiga), que escreveu a mesma pedindo te apresentá-lo, o que você fizer para ele eu muito te agradeço. (ANDRADE, 1934)

Se a distribuição de cargos e prebendas era uma atribuição do ministério, e mais particularmente do gabinete do Ministro, não quer dizer que ela se desse de forma desinteressada. Esta era uma moeda política muito bem administrada por Capanema. Entre os documentos arquivados pelo ministro, consta, por exemplo, uma “Relação dos deputados atendidos pelo ministério”, compulsada provavelmente por Drummond, cuja letra acrescenta uma informação ao título: “até 1937”. São relacionados 21 deputados, com o nome, tipo de pedido atendido, data, e se o parlamentar agradeceu ou não o favor. Diz trecho do documento:

Deputado Luiz Martins Soares: Nomeação do doutor Antônio Gonçalves Lima para inspetor de ensino secundário do Distrito Federal. Atendido em 3/01/1936. Não foi agradecido.

Deputado João Geraldo: Contrato de sua cunhada Olga Schumann para o Hospital Estácio de Sá. Não foi agradecido. (ANDRADE, 1937)

Ainda que a princípio não participasse das decisões, Drummond estava muito próximo das atividades políticas e administrativas de Capanema. Na qualidade de chefe de gabinete, tinha de adotar uma postura de cumplicidade diante dos passos do ministro, já que redigia os despachos para que as ordens de Capanema fossem cumpridas. A afinidade intelectual e afetiva dos dois ajudava na boa dinâmica da relação, e com exceção de casos esporádicos ou menores, não há registro de qualquer desentendimento mais grave, seja durante a gestão ou mesmo depois do período do ministério.

Enquanto seu braço direito, seria difícil dizer que Drummond ignorasse ou fizesse críticas a alguma faceta de Capanema. E é preciso que se diga: o ministro era visceralmente apegado ao poder. Essa marca aparece em muitos documentos do seu acervo pessoal. Ainda que de forma mais rara, é também visível a companhia de Drummond mesmo nestes momentos de articulação política. Em 1937, antes do golpe do Estado Novo, Capanema trabalhava na escolha do nome de um mineiro para concorrer à sucessão do presidente Getúlio Vargas, cujo mandato iria se expirar. Seu arquivo guarda inclusive rascunhos de um plano de governo para o novo presidente. O nome escolhido, de comum acordo com as lideranças mineiras, foi o de Benedito Valadares.

Os ventos políticos, no entanto, mudaram. Vargas articulou um golpe para permanecer no poder, que teve apoio da Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado, embora este também fosse candidato à sucessão presidencial. Como recompensa, Plínio assumiria o Ministério da Educação e Saúde, escanteando Capanema. Em suas anotações pessoais, o ministro lamenta a perda do cargo:

Espero sair do governo semana que vem, deixando inacabada a obra que planejei e estou executando. É uma lástima sentir que desmantela-se tudo, justamente na hora em que seria possível uma ação rápida e segura. (CAPANEMA, 1938)

Capanema já estava preparado para deixar o governo. Escreveu duas cartas de despedida falando de suas realizações e solenemente entregando o cargo para o novo ocupante. Não há documentos que mostrem a presença de Drummond ao seu lado nesse

período, mas não há dúvida de que o chefe de gabinete o estava ajudando a esvaziar as gavetas. “Estou fatigado destes dois dias de preparativos para sair do governo”, diz outra anotação (CAPANEMA, 1938). Houve, no entanto, uma nova mudança de ventos, dessa vez a seu favor. Plínio Salgado virou inimigo do governo e partiu para o exílio. E Capanema conseguiu articular sua permanência. Para isso ele precisava reconhecer o golpe de estado e acatar a nova diretriz ditatorial do governo. Não foi um problema para o ministro. Num manuscrito de seu arquivo, que não traz referência sobre o objetivo do documento, ele se declara a favor do golpe de 10 de novembro que sagrou o Estado Novo:

Em 10 de novembro, Getúlio Vargas tomou a atitude dos grandes, dos autênticos homens de estado nas horas decisivas da história: romper o caminho, em meio à confusão, e marchar, através dos perigos, com fé ao coração, com energia na voz e no movimento, e disposto a aceitar os sacrifícios. Tal chefe merece a veneração da pátria.

Gustavo Capanema. (CAPANEMA, s/d)

Com a ditadura instaurada, Capanema teve maior facilidade para implementar as medidas que pretendia na área da educação. Em contrapartida, precisou compactuar ideologicamente com o Estado Novo. E este encontrou no ministro um aguerrido defensor. Em 1941, Vargas pediu que ele avaliasse um plano de ação redigido por algum integrante do governo, intitulado *Sugestões para a unificação ideológica do Brasil*. Era um plano para tornar o regime ditatorial conhecido e aceito pelas massas e pela elite. Capanema redigiu um memorial discutindo cada ponto do projeto, e fazendo sugestões. Por esse documento é possível compreender o grau de engajamento do ministro nos propósitos da ditadura varguista.

Entre suas observações, Capanema avaliava que a grande massa da população brasileira que aceitava o Estado Novo não compreendia sua ideologia ou não se preocupava com ela. Para corrigir o problema, ele sugeria uma ação efetiva tanto no campo da propaganda como no da própria educação, que estava sob seu comando. Dizia o texto no que se refere à propaganda oficial do governo:

Defender, portanto, o regime, não de uma forma vaga e geral, mas ferindo uma a uma as suas teses fundamentais, opondo-as às teses liberais ou às teses comunistas, demonstrando a legitimidade, a conveniência nacional das soluções adotadas, por ao alcance da mentalidade popular de pontos de doutrina necessários à compreensão dos postulados e das práticas do Estado Nacional, eis aí tarefas que devem constituir

preocupação primeira e constante do aparelho oficial de propaganda. (CAPANEMA, 1941)

Sobre a educação, Capanema ponderava que o trabalho de unificação ideológica poderia ser mais efetivo nesse campo do que no da propaganda, porque na área educacional os efeitos são “mais eficazes” e “duradouros”. Ele advertia que o plano de ação não tratava dessa área, cuja pasta era sua, mas afirmava ser considerável “a obra a realizar-se no terreno da educação”. Capanema também fazia ponderações sobre o papel da imprensa e do cinema. No primeiro caso, referindo-se ao memorial, dizia que o texto sugeria que o governo adquirisse as principais empresas jornalísticas do país, para evitar que continuassem influenciando sobre ela o capital estrangeiro. Capanema ponderava que esta seria a “solução mais simples”, mas não tinha certeza de que o Estado estava preparado para tanto. Sobre o cinema, que ele dizia ser “um dos mais fortes instrumentos de direção espiritual, de influência e de persuasão moral”, considerava a necessidade de estabelecer uma rigorosa “disciplina reguladora das exibições cinematográficas, impondo-se de modo especial ao órgão de censura critérios e deveres severos”. Em tempo de guerra, Capanema também demonstrava sua tolerância à política antissemita do Estado Novo:

O memorial é sobretudo explícito com relação aos judeus. Indicam-se, como proveniências necessárias, a proibição da entrada destes elementos no país e a revisão dos processos de entrada já conclusos, com o fim de fazer reembarcar os que abusivamente foram aceitos.

Tal assunto já foi matéria de debate numa reunião dos ministros, e sobre ela proferiu então V. Exc. a recomendação necessária. (CAPANEMA, 1941)

Também coube a Capanema produzir um livro para compilar e exaltar as realizações do Estado Novo. A obra foi encomendada em 1940 pelo próprio presidente, mas nunca chegou a ficar pronta. O que restou do projeto só veio à público em 1983, por Simon Schwartzman, que organizou os manuscritos e publicou em livro os capítulos que estavam já no estado final de redação. A obra constitui um importante autorretrato do Estado Novo, pois trata das realizações do governo vista do lado de dentro, e foi escrita por funcionários e colaboradores dos diversos ministérios, coordenados por Capanema. Drummond tomou parte nesse projeto, ainda que lateralmente. Enquanto chefe de gabinete, escreveu telegramas cobrando de outros ministérios capítulos que

estavam atrasados. Também coube a ele redigir um dos capítulos, que acabou não produzido.

A primeira versão do livro trazia na abertura um capítulo dedicado ao presidente Getúlio Vargas. Segundo indicações do manuscrito, ele foi escrito pelo próprio Capanema. A divisão dos tópicos deste capítulo já deixa claro o projeto de valorização da figura do líder nacional presente no livro:

Capítulo 1: o perfil do presidente

- a- Sua inteligência, sua sensibilidade e seu caráter
- b- Os hábitos do presidente
- c- A vocação política do presidente
- d- O presidente em face da amizade e da inimizade
- e- A estrela do presidente

Diz um trecho do texto:

Esse bravo tinha de ser ainda um modelo de paciência, de moderação, de capacidade apaziguadora, pois só assim poderia servir de anteparo ao choque das forças tão diversas e as vezes tão contraditórias que o surto revolucionário desencadeara. Sem o dom sutil de tratar, de coordenar, de estabelecer pontos de acordo, de descobrir soluções onde os demais não as encontrassem, de aplainar ou adiar dificuldades quando fosse impossível resolve-las no momento, por certo não conseguiria vencer as crises gravíssimas que fatalmente se avolumariam em seu caminho. (CAPANEMA, 1941)

Drummond foi convocado a participar de uma versão posterior. Segundo o projeto de edição, ele deveria escrever, junto com Antônio Leal Costa, o capítulo 13, intitulado “Os Problemas Culturais” (CAPANEMA, s/d). Outros colaboradores dessa versão eram o Capitão Humberto Peregrino, Coronel Lima Figueiredo, Capitão Massot da Costa Guimarães, Lemos Brito e Waldir Niemeyer. O documento que aponta o nome de Drummond como colaborador do livro traz a data de março de 1945, poucos dias antes de deixar o Ministério, e num momento em que já dava demonstrações públicas de discordância com o Estado Novo. Não consta que ele tenha redigido este capítulo. Mas a anotação de seu nome mostra que, mesmo nesses últimos anos de absoluto descontentamento com os rumos do governo, Drummond ainda era chamado a participar de tarefas extremamente sensíveis do regime.

O poeta, por seu turno, foi um funcionário que soube agir com cautela na maior parte do tempo. Neste ponto, sua postura não difere da estratégia de Capanema em respeitar as flutuações da política e evitar posições exacerbadas que pudessem colocá-lo

em choque com o poder central. A crítica literária data de meados dos anos 1930 a conversão de sua poesia a um viés mais social e de esquerda, que ele manteve por quase uma década aparentemente sem incomodar o governo. Somente a partir de 1944, quando a ditadura já agonizava, o poeta começou a expor publicamente ideias que estavam em frontal desacordo com o governo.

A natureza de sua poesia favoreceu tal conciliação. A ambiguidade, a negação das próprias afirmativas, a insegurança do “eu” no mundo não permitiam associá-la categoricamente ao “perigo vermelho” – ainda que isto não reduzisse o engajamento dos seus versos, conforme podemos insistir. Durante todo este período, a poesia de Drummond não tocou em temas diretamente relacionados com a política nacional, debruçando-se sobre questões mais amplas da humanidade, ou quando muito da guerra que se passava na Europa.

Os versos mais sensíveis, como aqueles de “Fim da Terceira Internacional” enviou apenas para amigos, pedindo inclusive que rasgassem depois de lidos. Este tipo de cautela ajudou na harmonia entre o poeta e o governo, que foi beneficiada também pela marcha da guerra – ao colocar o Brasil e a União Soviética como aliados, o conflito forçou Getúlio Vargas a admitir a importância e o valor dos comunistas naquele contexto, justamente no momento em que Drummond estava no ponto máximo de sua simpatia ideológica. Entretanto, apenas depois de deixar o cargo publicou seu livro de inspiração mais abertamente comunista, *A rosa do povo*.

Se a Revolução de 1930 havia sido um ponto de inflexão na história da República, com perspectiva de colocar no poder uma nova geração disposta a transformar a sociedade brasileira, a prática se mostrou outra. O novo governo teve de compor com grupos dominantes e políticos tradicionais e, sobretudo depois do Estado Novo, o projeto político revolucionário se transformou num projeto basicamente de poder. Participar dele significava no mínimo silenciar sobre esse rumo menos nobre que foi tomado pelo movimento. Para facilitar essa aceitação, os intelectuais que chegaram ao governo não tardaram a perceber que o Estado era uma sedutora fonte de renda, e estar dentro dele trazia o inescapável encanto do poder. No caso dos escritores, Miceli avalia que houve níveis diferentes de cooptação, mas que, em geral, os intelectuais foram autoindulgentes na interpretação do seu próprio papel dentro do governo nesse período:

Operando numa conjuntura político-ideológica extremamente complexa se comparada àquela vivida pela geração de 1870, eles acabam negociando a perspectiva de levar a cabo uma obra pessoal em troca da colaboração que oferecem ao trabalho de construção institucional em curso, silenciando quanto ao preço dessa obra que o Estado indiretamente subsidia. Na condição de presas da máquina do Estado e, ao mesmo tempo, desejosos de se livrar dos cerceamentos que costumam incidir sobre os praticantes de uma arte e uma literatura oficiais, resolveram esse dilema cedendo ao encanto de justificações idealistas. (MICELI, 1979, p. 158)

Antonio Candido observa que faltou, na classificação dos intelectuais cooptados, uma distinção mais categórica entre aqueles que serviram ao regime e os que se venderam ao regime. Na introdução do livro de Miceli, escreveu: “O fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade “serviu” ao Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental” (MICELI, 1979, p. 11). Já Cassiano Ricardo, segundo Candido, se enquadrou ideologicamente no regime porque este correspondia à sua noção de democracia autoritária.

Da análise de sua obra e de sua trajetória, depreende-se que Drummond transitou entre duas esferas, ora agindo e escrevendo dentro de uma mesma corrente (ao deixar o ministério), ora negando em sua biografia o teor dos versos que perpetrava. Foi sensível à influência do comunismo internacional quando este se firmou como um norte para os escritores do Ocidente, da mesma forma com que respeitou, quando necessário, as conveniências da política ao trabalhar para um governo ditatorial comandado por seus amigos de juventude. Em nenhum momento, entretanto, sacrificou sua poesia em nome de uma causa que fosse externa às suas convicções como artista e como cidadão.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Martins de. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1935. Carta. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova Reunião, 23 livros de poesia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia 1930-62. Edição crítica de Júlio Castañon Guimarães*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Encontros: entrevistas*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2011.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Correspondência]. Destinatário: Abgar Renault. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1938, 15 de julho de 1943, 14 de outubro de 1941. Carta. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1942. Carta. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Correspondência]. Destinatário: Companhia Telefônica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1935. Pasta Assuntos Pessoais. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC – FGV.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Correspondência]. Destinatário: Cândido Portinari. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1938. Bilhete. Arquivo Projeto Portinari, Rio de Janeiro.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Correspondência]. Destinatário: Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 23 de março de 1941. Bilhete. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. [Manuscrito]. Rio de Janeiro, 1937. Pasta Assuntos Pessoais. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC – FGV.
- ANDRADE, Carlos Drummond de; ANDRADE, Mário. *Carlos & Mário*. Rio de Janeiro: Editora Bem-te-vi, 2002.
- ANDRADE, Julieta Drummond. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 22 de agosto 1934. Bilhete. Arquivo de Literatura Brasileira. Instituto Moreira Salles.
- CANDIDO, Antônio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAPANEMA, Gustavo. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1934. Carta. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.
- CAPANEMA, Gustavo. [Manuscrito]. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1938, 2 de janeiro de 1938, sem data (rolo 69 – fotograma 616). Pasta Assuntos Políticos. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC – FGV.
- CAPANEMA, Gustavo. [Memorando]. Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1941. Pasta Assuntos Políticos. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC – FGV.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1941. Carta. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

MORAES, Vinícius. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1942. Bilhete. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

MORAES NETO, Prudente. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1936. Carta. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHMIDT, Augusto Frederico. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1942. Bilhete. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

SOLER, Manuel Aznar. *República literária y revolución (1920-1939)*. Sevilha: Renacimiento, 2010.

VERÍSSIMO, Érico. [Correspondência]. Destinatário: Carlos Drummond de Andrade. Porto Alegre, 20 de outubro de 1940. Bilhete. Arquivo Fundação Casa de Rui Barbosa.

Recebido em 03/06/2020
Aceito em 13/04/2021

ⁱ **Marco Marcelo Bortoloti** é Mestre em Artes pela Universidade Federal Fluminense, doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutorando junto ao Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.
E-mail: marcelobortoloti@gmail.com